

AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DE MANDIOCA: UM ESTUDO DE CASO DA INDÚSTRIA AGRO COMERCIAL CASSAVA S/A – UNIDADE DE GLÓRIA DE DOURADOS – MS

6.3_ *Impacto de las nuevas modalidades de producción*

COSTA, Ucleber Gomes^{1(*)}

1 - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul | (*) Brazil

RESUMO

O presente trabalho desenvolve um estudo sobre a Indústria Agro Comercial Cassava S/A Unidade de Glória de Dourados e os municípios, onde a empresa compra suas matérias-primas para o seu processamento industrial. Também é discutida sua atuação no mercado, para onde são vendidos os produtos, bem como as características de seus clientes. O trabalho inicia fazendo um resgate histórico da industrialização brasileira e das principais tendências teóricas que tratam sobre a industrialização nacional. Noutro momento é apresentada a origem das agroindústrias feculeiras no Brasil e suas principais características de atuação. O trabalho preocupa-se com as relações estabelecidas pela empresa Cassava em Glória de Dourados, desde o início de sua atuação com espaço geográfico, na relação produtor-empresa, nas suas estratégias para adquirir a matéria-prima, tendo em vista sua competitividade. Também buscou-se apresentar o perfil de seus fornecedores, quais as estruturas econômicas, a mão-de-obra utilizada nos tratos culturais, o preço pago pela matéria-prima pela empresa, o preço de fretes pagos pelos agricultores no transporte de seus produtos até a empresa e a volatilidade desses processos.

Palavras-chave: Produção de mandioca; indústria; fecularias.

ABSTRACT

This study covers the *Indústria Agro Comercial Cassava S/A* – a branch in Glória de Dourados and the cities this industry trades with as far as buying raw material for industrial processing is concerned. Its performance in the market, what its market is like as well as the destination of its sales are also discussed. The beginning of this study aimed at providing a historical account of the industrializing process in Brazil and the main theoretical tendencies which deal with national industrialization. The origin of cassava agro-industries in Brazil and the main characteristics of their performance are presented in this study. This study focused on the development of *Indústria Agro Comercial Cassava S/A* in Glória de Dourados since 2000 – its foundation year. Aspects such as its geographic position, producer-business relationship, its strategies for buying raw materials have been analyzed since this is a very competitive market. This study was also aimed at presenting the suppliers' profile, the economic structures, the labor force used in soil preparation, the prices of the raw material bought by *Cassava*, freight prices paid by farmers who need to spread their products in the market and also how volatile these processes are.

Key words: cassava yields, industries, cassava industry.

INTRODUÇÃO

Em todos estados brasileiros planta-se mandioca, dentre esses, Mato Grosso do Sul é uma das unidades federativas que se destaca pela instalação de um parque industrial para seu beneficiamento, especialmente no que se refere a produção de amido. A cadeia produtiva de mandioca em Mato Grosso do Sul tem o papel tanto de fazer parte da alimentação de seres humanos e animais, como de importante cultura comercial. A movimentação da economia se dá através das múltiplas relações que envolvem toda a cadeia produtiva, desde os pequenos produtores de raízes até as empresas que compram essas raízes, beneficiam e vendem seus

^{1(*)}Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
E-mail: uclebergomes@hotmail.com

subprodutos. Vemos, portanto, que a mandioca possui grande importância socioeconômica em nível mundial, nacional e local.

O estado de Mato Grosso do Sul concentra o segundo maior parque industrial de amido de mandioca, e o seu surgimento se dá na década de 1980. É partindo dessa importância que fizemos um estudo de caso da indústria Agro Comercial Cassava S/A, Unidade de Glória de Dourado-MS, visto que faz parte desse parque industrial de Mato Grosso do Sul, possuindo uma grande importância no nível regional que durante sete anos de atuação já comprou matéria-prima de produtores de dezoito municípios, contribuindo para a manutenção do desenvolvimento dessa atividade na região.

O processo da industrialização brasileira

A industrialização brasileira passou por várias etapas até sua configuração atual. Para um entendimento, se faz necessário um resgate histórico de como se deu esse processo, e quais as fases e os fatores que contribuíram para sua formação até atingir seu estágio atual. Para Francisco Capuano Scarlato:

Uma explicação convincente das transformações que permitiram a atual configuração geográfica brasileira deve passar pelo processo da produção econômica, cultural e das relações sociais de trabalho. A maneira como ocorreu a valorização do território brasileiro pelo trabalho social é resultado de processos que se diferenciam através dos tempos. Cada momento ao invés de desaparecer por completo, acabou deixando sua marca nos períodos posteriores, inserindo-se, assim, na reprodução das novas relações sociais e no novo espaço constituído. (SCARLATO, 2003, p.338).

No período colonial a apropriação do território brasileiro pelos portugueses, se baseava na exploração de mão-de-obra escrava e de produtos primários. A produção era apoiada na intensa força de trabalho servil e dos escravos. Pelo fato da terra não ser totalmente utilizada para a agricultura comercial, as partes consideradas mais fracas eram destinadas a arrendatários e meeiros, que praticavam a agricultura de subsistência (BECKER; EGLER, 1995). E a mandioca fazia parte da agricultura de subsistência neste período.

Assim, segundo Becker e Egler (1995, p.47), “A exportação de produtos tropicais e metais preciosos para o mercado internacional, bem como o tráfico de escravos, por via marítima, constituíram elementos essenciais do comércio colonial”. No entanto, Portugal tão somente funcionava como ponto de escoamento de produtos da colônia para outros países da Europa, principalmente para a Inglaterra, com quem tinha fortes acordos comerciais, contribuindo para acumulação de capital nas mãos de capitalistas ingleses. Com isso:

A produção em surtos, comandados pela oscilação do mercado mundial, era totalmente exportada e significou uma contribuição substancial do Brasil para a acumulação no centro hegemônico da economia-mundo (BECKER; EGLER 1995, p.47).

Observa-se que o Brasil sempre esteve subordinado aos interesses externos desde o período colonial, e continuou nesta situação mesmo depois que se tornou independente no século XIX.

As ocupações populacionais da faixa litorânea e do interior brasileiro apresentavam fracas relações comerciais entre si, no entanto, serviram para formar os primeiros centros urbanos do país, o que vem demonstrar a estruturação econômica voltada totalmente para o mercado exportador que atendia aos interesses do centro capitalista. Sobre esses dois núcleos populacionais Becker e Egler continuam dizendo o seguinte:

^{1(*)}Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
E-mail: uclebergomes@hotmail.com

O isolamento desses núcleos, cada qual com seu sistema de transporte fluvial e seu porto autônomo voltados para o exterior e sem articulação entre si, configurou uma estrutura em “arquipélago”. A articulação do conjunto era mantida por fracas conexões comerciais voltadas para o mercado interno que, no entanto, foram capazes de gerar as primeiras cidades expressivas da colônia, particularmente o Rio de Janeiro (BECKER; EGLER, 1995, p.53).

Com o esgotamento das jazidas do ouro, a agricultura volta a ser a base da economia no final do século XVIII, e nessa retomada da agricultura, juntamente com outras culturas, nasce a cultura do café que mais tarde iria fornecer o equilíbrio da economia e gerar as condições para a industrialização brasileira. Segundo Caio Prado Júnior:

O considerável desenvolvimento da lavoura cafeeira contará como primeiro fator no reajustamento da vida econômica do Brasil, tão abalada desde a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a emancipação política do país. As crescentes exportações do café que tomam logo um vulto que deixa a perder de vista o intercâmbio comercial do passado, permitiram não somente restaurar o balanço das contas externas do país, tão comprometidas na fase anterior, mas restaurá-lo num nível nitidamente superior a tudo quanto o Brasil conhecera no passado. (PRADO JUNIOR, 2004, p.168)

A independência gerou uma nova forma de organização política, as decisões políticas passaram a serem tomadas no Brasil, mas não de forma livre dos interesses externos, e nem das classes elitistas brasileiras. Para Scarlato, (2003, p.342):

Com a consolidação do Brasil independente, as oligarquias assumiram o controle do aparelho político brasileiro, barrando qualquer mudança nas relações sociais de trabalho, o que veio reafirmar a posição do Brasil naquele modelo da divisão internacional do trabalho. Dessa forma consolidou-se no poder político e econômico a nova sociedade agroexportadora. Esta foi a responsável pela continuidade do mesmo tipo de dependência econômica em que vivíamos anteriormente.

É claro que esta nova forma de organização política que passava a representar os interesses nacionais não estava desvinculada dos interesses externos, uma vez que a economia brasileira era mantida pela exportação dos produtos primários da agricultura e calcada em empréstimos ingleses.

O avanço do capital mercantil nacional foi favorecido pela abertura dos portos, que favoreceu o desenvolvimento da economia cafeeira. Segundo Becker e Egler:

O capital mercantil captou as novas oportunidades de organização da comercialização do café no mercado internacional e invadiu a órbita da produção, financiando a montagem e o custeio da economia cafeeira através de um novo ator, o ‘comissário’ (BECKER; EGLER, 1995 p.57).

É necessário ressaltar que é a partir do final do século XIX que as condições políticas e econômicas são geradas para uma efetiva mudança econômica através da industrialização, com importações de equipamentos para a indústria de transformação. Suzigan (2000), em um levantamento das maquinarias e de equipamentos importados antes da primeira Guerra Mundial mostrou que a maior parte desses maquinários era destinada às indústrias de bens de consumo não duráveis: têxteis, chapéus, calçados, moagem de trigo, produção e refino de açúcar, produção de cerveja, fósforo etc.

Teorias sobre a industrialização brasileira

Para considerarmos esse processo da industrialização brasileira existem pelo menos três teorias que são apontadas por Mamigonian:

(...) 1) A teoria da CEPAL, que popularizou a expressão “industrialização por substituição de importação”, dominou o ambiente cultural de 1955 a 1964, 2) A teoria da dependência, que teve grande aceitação no período seguinte ao golpe militar, enfatizou a subordinação da industrialização aos interesses do centro do sistema capitalista, 3) A teoria dos ciclos econômicos, com grande aceitação recente, reconhece o enorme dinamismo do processo de acumulação capitalista brasileiro. (MAMIGONIAN, 1999, p. 8).

Nas décadas de 30 e 40 o funcionário do Banco Central da Argentina R. Prebisch, conclui que os preços dos produtos primários exportados sofreriam queda em relação aos produtos industriais importados, o que acarretaria o empobrecimento dos países subdesenvolvidos.

Os fatores que contribuíssem para isso era que o aumento da renda popular do centro não significaria o aumento do consumo de produtos alimentícios importados; a diminuição do uso de matéria-prima nos produtos industrializados, substituídos por sintéticos; na periferia abundância da mão de obra acarretaria baixa nos salários e conseqüentemente dos produtos primários, ao inverso do centro que pela escassez de mão-de-obra geraria aumento dos custos e dos preços das manufaturas. Segundo Mamigonian (1999, p.10): “a industrialização como processo de substituição é a tese central da Cepal, que parte dos obstáculos externos ao desenvolvimento”.

Mas também mostravam os obstáculos internos como: a concentração de renda, que limitava o consumidor em absorver a produção industrial; as tecnologias do centro, importadas pela periferia não eram compatíveis ao mercado, pois eram de grande porte e geravam capacidade ociosa, o que elevaria o custo e também dispensava a mão-de-obra, dessa forma era preciso tecnologias compatíveis com as necessidades da industrialização periférica; importação de artigos de luxo pela classe dominante que gerava o desperdício do excedente econômico; com essa falta de excedente econômico, somente restava apelar para as poupanças externas, com empréstimos bancários e apoiava as reformas estruturais executadas pelo Estado brasileiro para resolver esses problemas.

A Cepal também sugeria a transferência dos lucros das atividades cafeeiras para indústria, através dos sistemas bancários, o que gerava um dinamismo para a indústria na economia brasileira.

Para Mamigonian, (1999, p.14), “a teoria da Cepal foi hegemônica nas esquerdas brasileiras entre 1955 a 1964”, mas sua divergência com o PCB, gerou uma nova Teoria, a da “Dependência”.

Essa nova vertente conhecida como “Teoria da dependência”, se diferenciava das idéias cepalinas, pelo fato de que a Cepal via um país estagnado em sua industrialização após o golpe militar e sem perspectivas, enquanto os dependentistas admitiam o grande avanço industrial principalmente na década de 50, mas a burguesia local tinha perdido sua autonomia para o modelo tripé: multinacionais, estatais e empresas privadas nacionais.

A dependência tanto se dava pelos mecanismos comerciais, pelos pagamentos de empréstimos, quanto pela impossibilidade do mercado interno em obter a tecnologia de ponta, pois lhe faltava a indústria de bens de produção. Assim como a Cepal, a teoria da dependência mostrava um quadro estagnacionista, onde o capitalismo periférico somente apresentava duas perspectivas, se não, “do fascismo e do socialismo, o que funcionava como justificativa para as guerrilhas” (MAMIGONIAN, 1999, p.16).

A teoria da dependência entrou em crise com seu modelo explicativo:

(...) em meados da década de 70, quando a contestação armada ao regime militar foi minguada e o “milagre” econômico comprovou a força do dinamismo industrial brasileiro e o governo Geisel pôs a economia em marcha forçada para a nova substituição de importações, dos insumos básicos e dos bens de equipamentos pesados. (MAMIGONIAN, 1999, p.16).

Com a crise dessa tendência teórica, que era uma extensão da teoria da Cepal, as teorias dos ciclos econômicos foram retomadas. Essas idéias baseavam-se na maneira que o Brasil estava inserido economicamente ao centro do capitalismo com suas especificidades, e as relações capitalistas nacionais e internacionais.

Segundo Mamigonian, “Rangel partia da questão capital: por que se desenvolve no Brasil enquanto os cepalinos preferiam se perguntar por que o Brasil estava tão atrasado em relação ao centro do sistema” (MAMIGONIAN, 1999, p.17).

Essa teoria defendida por Ignácio Rangel, trata dos ciclos longos da economia mundial capitalista, que entrava em crise em um período e era acompanhado de uma retomada da economia em outro período, incluindo a economia do Brasil, que apresentava muitas riquezas naturais, mas que desde a sua colonização foi regida pelos países do centro capitalista, isso explica a enorme desigualdade brasileira em relação aos do centro (MAMIGONIAN, 1999).

Aí também se dava internamente os ciclos de 7 a 10 anos de dinamismo da economia brasileira e outra fase de recaída, criando seus próprios ciclos econômicos. Segundo Araújo Junior (1995, p.58):

Os ciclos médios interessam mais à economia nacional devido a dois fatores: a) os acontecimentos nos países centrais; b) os processos internos, isto é, a formação de seus próprios centros dinâmicos, como parte do capitalismo industrial nacional.

As relações da economia mundial trazem também sua importância dos ciclos longos (ou Kondratieff de 50 anos) em influenciar ao Brasil, mas a partir dos anos 1930 o governo brasileiro começou a intervir mais na economia, investindo em setores com dificuldades industriais até eles atingirem o clímax. Depois disso, os setores que geram capacidade ociosa, são acompanhados de crise, daí então se investe nestes setores quando necessário, como explica Araújo Junior (1995, p.58: 59):

De forma geral, após as fases ascendentes a economia entra em crise e esta exige mudanças (jurídicas, políticas etc.), as quais mobilizam novos setores econômicos em atraso no sentido de receber novos investimentos, que se alastram por toda a economia. Porém, findada a capacidade de investimentos, quando um ou vários setores atingem um ponto de capacidade ociosa, advém outra crise, que confronta os setores com excesso de investimentos com aqueles que têm pouco volume de investimentos (...).

A teoria dos ciclos contrapõe as idéias da Cepal que entendia a crise dos anos 1960 como um esgotamento das substituições de importações, mas que para a teoria dos ciclos era uma fase cíclica e recessiva da economia que, no entanto, apresentou um crescimento em 1968 à 1973. Nesse período, ainda que, tinha havido um rápido e grande crescimento industrial, as indústrias de base e de bens de capital não se modernizaram o bastante para atender as necessidades internas (MAMIGONIAN, 1999).

Segundo Araújo Junior, (1995, p.59):

Em 1973, quando houve o primeiro choque do petróleo, a indústria brasileira trabalhava com total capacidade, porém, com tecnologia ultrapassada. À

época, diagnosticou-se essa crise como passageira e, concomitante, as taxas de importação aumentaram extraordinariamente (muito em razão de importação de petróleo), além de importações de produtos e mercadorias que se destinavam a conter a propensão de alta nos preços internos.

A partir de 1974, com a alta nos preços internos, o governo encaminhou investimentos no setor de produção, principalmente nas indústrias de base e de bens de capital, visando a diminuição de importação e assim diminuindo os preços dos produtos internos. Para isso, recorreu aos empréstimos externos, que gerou o aumento da dívida externa, uma vez que estes investimentos não foram usados na produção, como relata Araújo Junior:

Esses capitais, no entanto, não foram direcionados à produção, como almejava o governo, mas ao mercado financeiro. Assim, os efeitos dessa política foram o alto endividamento externo conjugado com inflação (ARAÚJO JUNIOR, 1995, p.59).

Os anos 1980 foram marcados pela desaceleração da economia brasileira que entrou em declínio, sendo reflexo do aumento da dívida externa, decorrente do choque do petróleo de 1973, do aumento das taxas de juros sobre a dívida e da não concessão de novos empréstimos pelos bancos internacionais ao país. Segundo Scarlato, (2003, p.375): “Durante esse período, a dívida externa vem representando uma média de 30% do PIB brasileiro, o que compromete a possibilidade de o país voltar a crescer novamente”.

Com isso o Brasil foi forçado a diminuir suas importações e exportar mais, a fim de diminuir sua dívida externa e melhorar o mercado interno. As estruturas industriais e econômicas passaram por transformações nesse período, entre 1980 a 1990, levado a um declínio na economia. Segundo Scarlato, (2003, p.376):

A situação criada pela dívida externa forçou a implantação de uma política ostensiva de incremento das exportações e de redução das importações. Tal política visava tanto obter divisas para o pagamento da dívida como resolver o problema de estreitamento do mercado interno brasileiro, em consequência da crise econômica que se acentuou. Foi quando o Brasil passou a estimular suas exportações de bens de consumo duráveis para o exterior. Essa política de exportação elevou bastante a exploração dos nossos recursos naturais.

Para a efetivação dessas políticas o governo montou uma estratégia para as indústrias nacionais criando programas que pretendiam deixar o Brasil num patamar de competitividade de seus produtos no mercado mundial através das exportações. Mas isso não aconteceu e o país continuou importando tecnologias ao invés de produzir. O programa que visava atender isso era o da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), que segundo Araújo Junior:

As medidas adotadas por esse programa acabaram paulatinamente com os subsídios tarifários (dados ao comércio exterior) e incentivaram a parceria de empresas nacionais e estrangeiras com a finalidade de receber transferência de tecnologia. A iniciativa privada seria o principal agente de transformação econômica (via investimentos) e o Estado iniciaria a privatização de empresas estatais. (ARAÚJO JUNIOR, 1995, p.60).

Esse novo modelo vem tirando o papel do Estado na economia, passando para a iniciativa privada inúmeras funções, deixando de investir em setores estratégicos que antes se configuravam em meio de equilibrar a economia (ARAÚJO JUNIOR, 1995). Também é visível que o setor industrial não está gerando os empregos necessários para diminuir. Esse atual modelo não tem trazido melhorias efetivas aos cidadãos brasileiros, que continuam a

enfrentar o desemprego, a falta de moradia, de saúde, etc. Mas o Estado tem cooperado cada vez mais com o grande capital, não criando uma base definitivamente sólida de desenvolvimento nacional, principalmente quando se trata de apoio aos pequenos agricultores.

A criação das fecularias e sua expansão

Nos últimos anos no Brasil têm surgido várias cadeias produtivas do setor agrícola que antes não passavam de atividades voltadas para a subsistência das pessoas, mas que atualmente tem se industrializado movimentando a economia de diversas localidades. Essas cadeias produtivas cada vez mais recebem incentivos governamentais, buscam diversificar sua produção, e criar alternativas econômicas.

Essas cadeias produtivas nascem no espaço agrário articulado juntamente com outras, muitas das quais de grande porte, envolvendo um amplo mercado. Segundo José Graziano da Silva (2002, p.91).

Um aspecto que deve ser destacado refere-se ao fato de várias das atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, terem passado a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agroindustriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados.

Entre esses vários cultivos de fundo de quintal, destaca-se a mandioca, que apresenta um setor de fecularia competitivo em nível mundial e também para algumas regiões é de suma importância na geração de emprego e renda.

Ao longo da história constata-se a mandioca sendo utilizada para a subsistência das populações indígenas e não-indígenas, mas também com os avanços das técnicas, formaram-se complexas cadeias produtivas.

Ao que tange as relações de produção temos os seguintes ramos de derivados de mandioca: as farinheiras, que são as mais antigas formas de beneficiar essa raiz; as fecularias, que são mais recentes, e também, acompanhando as fecularias, existe a produção de amidos modificados que são de ampla utilização nos mais diversos tipos de processos industriais (CEREDA, 2003).

A mandioca era cultivada pelos índios bem antes dos portugueses chegarem ao território brasileiro. Sabe-se que: "Assim, como existiram no México as culturas Maia e Asteca, graças à existência do milho; e, nos Andes existiram os Incas, graças à batata, na Amazônia existiram grandes culturas indígenas graças à mandioca" (VALLE, 2005, p.4).

Até os dias atuais, todas as populações tradicionais brasileiras, consomem derivados de mandioca, como aponta Valle (2005, p.4):

(...) os gaúchos, os jangadeiros, os pantaneiros, os caiçaras, os sertanejos, até os açorianos de Santa Catarina melhoraram as casas de farinha indígena com a tecnologia originada do trigo. E assim a mandioca tornou-se a cultura da cultura brasileira.

Entretanto, com o desenvolvimento das cidades, a importância da mandioca na alimentação dos brasileiros foi diminuindo. Fato observado que se vincula à ocupação dos europeus nas primeiras cidades, sendo que eles preferiam o trigo como alimento. Segundo Suzigan, (2000, p.201):

O estado de Rio Grande do Sul já havia desenvolvido a produção de trigo nas primeiras três décadas do século XVIII e, segundo se informava, era comum a existência de pequenos moinhos locais movido pelo vento. Entretanto, em virtude de doenças, a produção de trigo foi abandonada (...). Assim, tanto o estado como o país como um todo tornaram-se totalmente dependentes da

importação da farinha de trigo. Embora não consumido no interior, onde se usava farinha de mandioca e de milho produzidas localmente por pequenos moinhos utilizando processos artesanais, a farinha de trigo era popular nas cidades ao longo da costa do Brasil.

Em São Paulo com a evolução da indústria têxtil, na segunda metade do século XIX, o amido de mandioca se fez presente, com o surgimento dos primeiros polvilheiros. Segundo Sani (2004, p.1), “As máquinas e instrumentos usados para o beneficiamento da mandioca, foram feitos através da criatividade e necessidade do proprietário em adaptar meios para produzir polvilho, visando quantidade e qualidade”. Mas somente com o adensamento da indústria que esse setor veio a se desenvolver.

Com os avanços das técnicas no Brasil, já no final do século XIX e início do século XX, alguns moinhos para beneficiar a mandioca e outros produtos já eram produzidos no Brasil pela indústria metalmeccânica paulista (SUZIGAN, 2000, p.295).

Ainda que o surgimento do melhoramento da mandioca para outros fins que se não o da farinha ter aparecido em São Paulo, é em Santa Catarina que originou-se as primeiras fecularias pelos imigrantes europeus (VILPOUX; CEREDA, (1995) apud GAMEIRO et al, 2003, p.98).

Sobre esse assunto Vibrans, (2003, p.38), comenta:

A farinha da mandioca sempre era um produto importante, desde os tempos da colônia, e foi fabricada inicialmente de forma artesanal. As primeiras indústrias de fécula se instalaram a partir de 1911 (Companhia Lorenz). Na década de 40 havia, somente em Rio do Sul, 39 fecularias.

As condições que levaram ao esvaziamento das fecularias nos anos 1960 das atividades em Santa Catarina estão relacionadas à concorrência com as fecularias das Ilhas Holandesas no Pacífico, que produziam o dobro de raiz comparado com as terras do Sul que estavam cansadas devido a falta de cuidado com a terra, e em função do clima e das doenças. (SILVA 1954, p.63 apud VIBRANS, 2003, p. 38).

Estamos diante de uma indústria que surgiu em Santa Catarina, que se desenvolveu logo depois em São Paulo, mais recentemente instalou-se no Paraná, e por último, em Mato Grosso do Sul.

Esse mesmo estudo mostrou que houve um aumento do número de novas unidades industriais no Brasil a partir da década de 1960. Até a década de 1960, haviam surgido 8%, década de 1970 surgiram 14%; na década de 1980, 18%; na década de 1990, 51%; e na década de 2000, apenas 9% das unidades.

O aumento do número de novas plantas industriais na década de 1990 está relacionado aos incentivos dados por governos municipais à implantação de pequenas indústrias para e desenvolvimento regional, principalmente nos estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul, que receberam o maior número e as mais recentes implantações de indústrias desse ramo.

Os quatro principais estados brasileiros que concentram fecularias possuem 71 fecularias, que empregam 3.447 diretamente e 56.182 pessoas indiretamente, dos quais Paraná assume a primeira colocação com o maior número de fecularias. Já a segunda colocação fica com Mato Grosso do Sul e na terceira colocação está São Paulo, e por último Santa Catarina. A diferença de Santa Catarina apresentar um número maior de fecularias e ao mesmo tempo gerar menos emprego do que São Paulo se explica pelo fato do primeiro suas fecularias trabalharem apenas 6 meses durante o ano, enquanto o último, suas fecularias trabalham os 12 meses.

A produção de amido de mandioca no Brasil apresentou um crescimento entre 1990 a 2006. Em 1990 foram produzidas 170,0 mil toneladas, em 2002 chegou a 667,0 mil toneladas apresentando uma queda em 2003, com 428,1 mil toneladas, e em 2004, 395,4 mil toneladas, já em 2005 e em 2006, a produção voltou a crescer (CEPEA/ABAM).

As fecularias em Mato Grosso do Sul e a atuação da Indústria Agro Comercial Cassava S/A.

Dos anos 1980 aos dias atuais, houve uma substituição considerável das farinheiras pelas fecularias em Mato Grosso do Sul:

Assim, no início dos anos de 1980, existia apenas uma fecularia, gerando aproximadamente 70 postos de trabalho; e 18 farinheiras, gerando 101 empregos. Nos anos 1990, o quadro se altera para 13 fecularias, com capacidade nominal de 127.000 toneladas de fécula, com maior capacidade tecnológica instalada. Por outro lado, no decorrer dos anos houve uma expressiva redução do número de farinheiras (MICHELS, CARVALHO e MENDONÇA, 2004, p.110).

Devido a importância que o setor apresenta em Mato Grosso do Sul, foi criado em 2002 a Câmara Setorial da Mandioca de Mato Grosso do Sul, visando propiciar uma integração das políticas dos diversos setores envolvidos, tanto os públicos como os privados. Os objetivos referem-se a otimização dos recursos, parcerias regionais com destaque em suas potencialidades, estimularem a agregação de valores aos produtos, gerar e difundir conhecimentos e tecnologias capazes de aumentar a produtividade da cultura, estimular a industrialização e diversificação do setor, contribuir para um desempenho equilibrado entre os setores envolvidos.

Uma das empresas que fazem parte dessa cadeia produtiva do agro-segmento feculeiro em Mato Grosso do Sul é a Cassava S/A (nome científico/latim da raiz da mandioca, principal matéria-prima da empresa). Fundada em 1954 em Rio do Sul - SC, região conhecida como pólo produtor de raiz de mandioca, concentrando plantações e indústrias do Brasil neste segmento.

A primeira filial foi implantada em Paranaíba - PR; a segunda foi instalada em Entre Rios do Oeste - PR, no ano de 1985; a terceira, criada em Maripá - PR, em 1997. Essa última unidade no estado do Paraná foi a primeira a desenvolver amidos modificados, abrindo novos mercados para o grupo. Em 2000 foi implantada em Glória de Dourados-MS uma filial (ver foto 01), e em 2008 foi instalada uma linha de produção de cola na cidade de Agrônomo-SC, que já funcionava como ponto de embalagem e de distribuição de produtos das outras unidades.

Foto 01 - Foto aérea da Indústria Agro Comercial Cassava S/A Unidade de Glória de Dourados.



Fonte: Indústria Agro Comercial Cassava S/A.

^{1(*)}Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
E-mail: uclebergomes@hotmail.com

A unidade fabril de Glória de Dourados funciona com capacidade de produção de mais de 200 toneladas de raiz processada por dia, e produz amido, sagu, e amidos modificados.

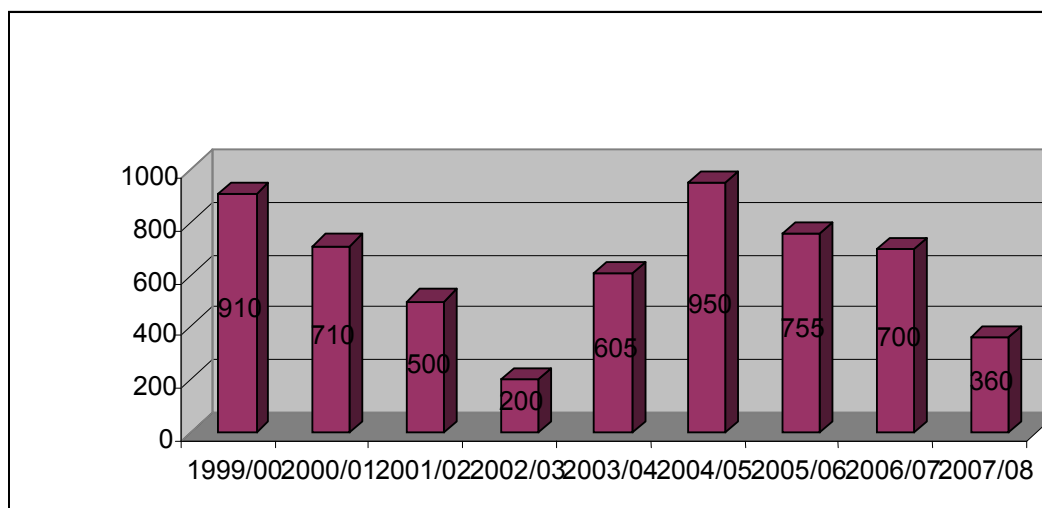
A empresa recebeu incentivos municipais e estaduais. Do município recebeu a doação do terreno e terraplanagem para sua instalação, e do estado a pavimentação asfáltica para o acesso à empresa.

Com essa instalação, Glória de Dourados e outros municípios vizinhos aumentaram as áreas de cultivo de mandioca a partir de 2001. Segundo Otsubo e Pezarico, referindo-se a instalação da unidade da Cassava em Glória de Dourados:

Merecem destaque as produções de Jateí (104.000t) e Glória de Dourados (44.000t); que até 2000 não figuravam entre os maiores produtores, porém com a inauguração de uma indústria, neste último, fez com que a produção desses dois municípios apresentasse uma evolução de 578,83% e 633,33% respectivamente (OTSUBO; PEZARICO, 2002, p. 37).

Mas apresentou nos anos posteriores grandes oscilações, com a queda nas plantações (ver gráfico 01).

Gráfico 01 - Quantidade de mandioca plantada por hectare em Glória de Dourados.

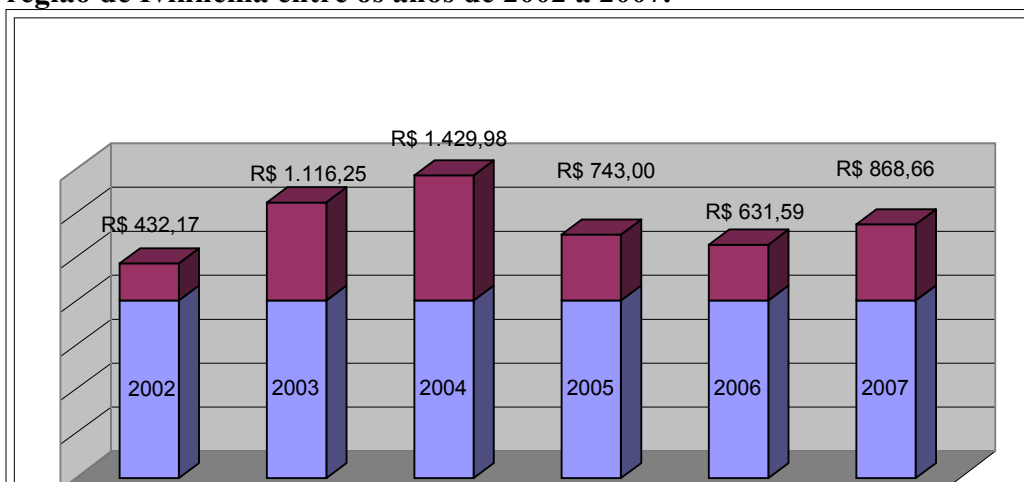


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Observação: o ano de 2003/04, tem dados do Departamento de Fomento Agropecuário, DEFAP.

O desenvolvimento das atividades da empresa proporciona adquirir a matéria-prima de cerca de trinta produtores por mês, e gerar emprego a vários caminhoneiros que transportam a raiz, além dos trabalhadores temporários conhecidos como bóias-frias que trabalham no trato da cultura, e o pessoal de escritório, da fábrica e aos caminhoneiros que retiram os produtos industrializados levando aos centros comerciais. Ainda se beneficiam disso outros ramos empresariais, como o comércio local que presta serviços a Cassava, as pessoas que retiram a massa da mandioca, aos que vendem lenha à empresa para suprir suas necessidades energéticas, entre outras.

A cadeia produtiva de mandioca precisa de um fortalecimento por parte dos seus mais diferentes elos, pois os preços dos produtos derivados da mandioca não se mantêm estáveis (ver gráfico 02), e conseqüentemente, os agricultores que fornecem ao setor. Esse fortalecimento tem que partir desde a iniciativa pública, com empréstimos em tempo adequado para que os agricultores até na relação entre as indústrias e os agricultores, que necessitam de atenção especial.

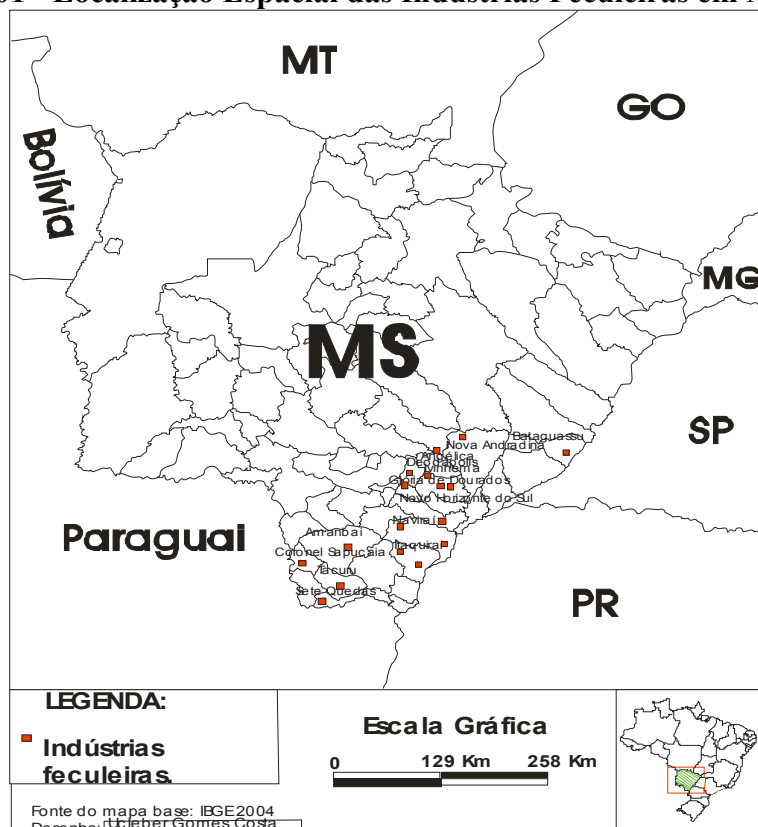
Gráfico 02 – Preço médio da tonelada da fécula da mandioca vendida pelas fecularias na região de Ivinhema entre os anos de 2002 a 2007.



Fonte: CEPEA.

A maioria dos produtores entregam sua produção também a outras fecularias, o que mostra que a Indústria Agro Comercial Cassava S/A, está inserida em um setor competitivo, enfrentando a concorrência pela matéria-prima com outras indústrias do mesmo segmento (ver mapa 01). Algumas fecularias concorrentes já adotaram novas formas de pagamento aos produtores, como pagar por grama a matéria-prima, o que promete melhorar os ganhos dos produtores com suas lavouras de mandioca, isso pode vir a forçar mais tarde a Cassava também a adotar essa metodologia.

Mapa 01 - Localização Espacial das Indústrias Feculeiras em Mato Grosso do Sul, 2003.



^{1(*)}Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
E-mail: uclebergomes@hotmail.com

Os maiores mercados da empresa estão no estado de São Paulo, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, mas a empresa vende também para outros estados como, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro (ver figura 01), além de outros países como: Estados Unidos da América, Canadá, Venezuela, México, Colômbia, Equador, Argentina, Chile, Turquia, Inglaterra, Itália e Espanha, com um mercado bastante diversificado.

Quadro 01 – Certificados (Acordos) que a Cassava utiliza em suas exportações no ano de 2006.

Acordos utilizados pelos países para insenção de impostos das importações.	
Certificado (Acordo)	Países
Aladi(Associação Latino-Americana de Integração)	Colômbia, Peru, México, Venezuela e Equador.
Mercosul(Mercado Comum do Sul)	Argentina e Chile.
Form A. (Sistema Geral de Preferência)	Inglaterra, Espanha e Itália.

Fonte: Indústria Agro Comercial Cassava S/A.

Os países como Estados Unidos, Canadá e Turquia, a empresa não nos informou se existe algum tipo de certificado que ela utiliza para que os seus clientes se beneficiem de redução de impostos em suas importações.

Conseqüentemente a indústria desenvolve vários tipos de produtos para os mais diversificados ramos comerciais, desde a alimentação até para indústrias petroquímicas, de cosméticos, entre outras.

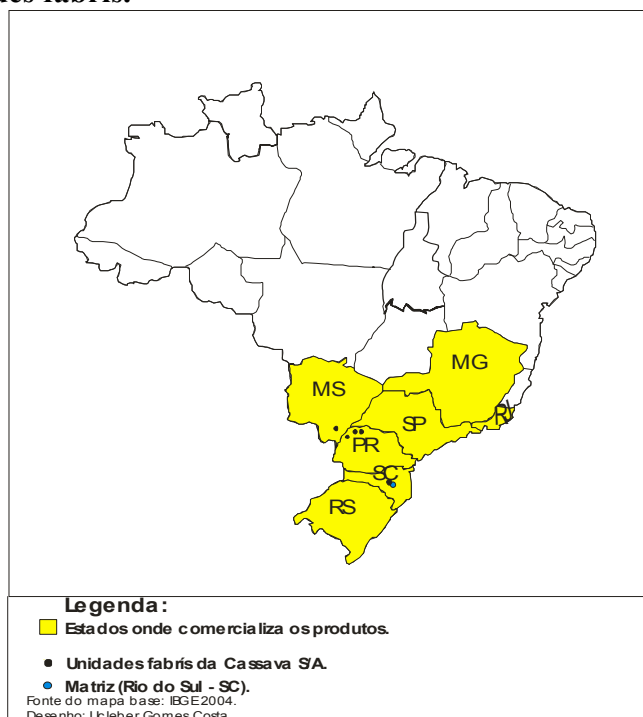
Os estoques dos seus produtos são diferenciados, pois no caso de fécula a quantidade em estoque é considerada elevada, com uma renovação em cerca de dois em dois anos, já nos produtos de amidos modificados a empresa prefere trabalhar com pequenos lotes, quase sempre via pedido dos clientes. No caso dos sagus, os lotes também são pequenos e os estoques são menores do que o de fécula, ocorrendo também a produção via pedidos, com uma pequena quantidade produzida sem pedidos dos clientes.

A empresa desde 1997, começou a trabalhar com amidos modificados, a cada ano trabalha no desenvolvimento de novos produtos com valor agregado, o que justifica a implantação da mais recente fábrica de cola em Agronômica, no estado de Santa Catarina, que serve em diminuir as perdas com produtos considerados resíduos, fabricados nas outras unidades, pois são usados como base para se fazer cola.

A empresa também dispõe de estratégias para atender seus clientes com as exportações que apresenta mercados mais exigentes, tendo duas unidades fabris com certificação da ISO 9.001 no estado do Paraná, nos municípios de: Entre Rios do Oeste e Maripá, além do município de Agronômica, no estado de Santa Catarina, funcionar como ponto de distribuição dos produtos das outras unidades (ver figura 01).

^{1(*)}Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
E-mail: uclebergomes@hotmail.com

Figura 01 – Brasil: estados brasileiros onde a Cassava comercializa seus produtos e unidades fabris.



O transporte dos produtos é todo terceirizado, realizado por transportadoras de Mato Grosso do Sul e do estado do Paraná, o que diminui as atribuições da empresa.

Análise das relações entre os produtores e a empresa Cassava.

Os trinta produtores entrevistados estão distribuídos em 6 (seis) municípios, dos quais de 46,6% moram em Ivinhema, 16,6% dos entrevistados moram em Angélica, idêntico percentual foi observado em Vicentina, 10% em Rio Brillhante, 6,6% em Glória de Dourados e 3,3% em Deodópolis, ou seja, um produtor.

Com respeito a terra utilizada para a plantação da mandioca, entre os trinta produtores entrevistados apenas 40% ou seja, 12 produtores cultivam em terrenos próprios, enquanto a maioria (47% o que corresponde 14 produtores) respondeu que é arrendatário e 13% (4 produtores) disseram que plantam em terrenos próprios e arrendados.

Os produtores que possuem terras próprias não utilizam toda propriedade para o cultivo de mandioca, e destinam a maior parte para outras atividades. Em média 24% das terras são ocupadas com o cultivo da mandioca e 76% são destinadas para outros fins, como criação de gado bovino, plantações de milho, feijão, soja, entre outros.

Para os trinta produtores foi indagado há quanto tempo plantavam mandioca e 7% responderam que praticam, a cultura há menos de dois anos, e 20% responderam que cultivam entre mais de dois até quatro anos, e acima de quatro a seis anos houve uma percentagem de 10%. Até oito anos responderam 10%, mas acima de oito anos até dez, responderam em um percentual de 17%, e aí aparecem aqueles que já produzem mandioca há mais de dez anos com 36% do total desses entrevistados, o que vem a confirmar que grande parte dos produtores já está há bastante tempo nessa atividade. Podemos perceber que 53% dos produtores já tem acima de oito anos de plantio de mandioca, o que demonstra que a instalação da empresa no município foi importante para fortalecer a atividade.

Dos 12 produtores que responderam que plantam em terrenos próprios, foi analisado o tamanho de suas propriedades e detectamos que são plantados em pequenas áreas. Em áreas

^{1(*)}Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
E-mail: uclebergomes@hotmail.com

de até 10 hectares correspondem 84% de seus terrenos, já de acima de 10 hectares até 20, correspondem apenas 8% e também 8% acima de 20 até 30 hectares, como podemos ver na figura 20. Portanto, a cadeia produtiva da mandioca em geral apresenta essa característica de ter pequenos proprietários executando a atividade.

Já dos 14 produtores que responderam que plantam em terras somente arrendadas, suas quantidades de hectares plantados são superiores a dos terrenos próprios. Das plantações até 25 hectares correspondem 58%, a maioria, enquanto acima de 25 hectares até 50, corresponderam 21, e acima de 50 hectares até 75, correspondem somente 7%, mas mais de 75 hectares correspondem 14%.

A média de produção por hectares está acima da média do estado de Mato Grosso de Sul que é de 16,7 toneladas por hectares, mas devemos considerar que o IBGE analisa tanto as plantações destinadas a produção de amido, quanto a de farinha, e para produção de farinha a mandioca é arrancada mais cedo com apenas um ano, pois tem um desempenho melhor na fabricação de farinha, enquanto para fabricação de fécula isso passa a ser até mais de dois anos, o que irá produzir uma quantidade maior. O questionário aplicado permitiu chegar a seguinte conclusão das médias de produção de hectares por toneladas: 27% das plantações produziram até 25 toneladas/hectares, 30% acima de 25 até 29 toneladas, 33% acima de 29 até 33 toneladas/hectares, e acima de 33 até 37 toneladas/hectares corresponderam apenas 3% e por último, as produções mais de 37 toneladas/hectares correspondem 7%.

O contrato feito entre a empresa e o fornecedor proporciona ao produtor a confiabilidade de que a empresa irá receber seu produto, e ao mesmo tempo, serve para obtenção de empréstimos, pois na maioria dos casos os bancos exigem contratos para conceder empréstimos. Esse contrato auxilia no planejamento da empresa, estreitando o relacionamento produtor-empresa, além de estimular a produção desta cultura, pois dá tranquilidade e garantia de compra da matéria-prima dos agricultores. Durante a aplicação do questionário foi indagado se existia um contrato entre o produtor e a indústria, somente 30% responderam que têm contratos com a empresa, enquanto 70% Foi indagado aos agricultores entrevistados se eles contratavam algum tipo de mão-de-obra nos cuidados da cultura, 13% declararam de usarem apenas mão-de-obra familiar em seus cuidados, também 13% disseram que pagam todo o serviço, mas a maioria, 74%, disse utilizar mão-de-obra familiar e também no trato culturadisseram que não possuem contratos, que entregavam sem esse contrato.

O transporte das raízes até a fecularia é feito por caminhões dos produtores e também por freteiros que cobram dependendo da distância da área de cultivo até as fecularias. Dos trinta produtores entrevistados, 53% declararam transportarem em caminhões próprios suas produções até a fecularia, 10% transportam em caminhões próprios e também fretados, mas 37% não possuem caminhão e fretam todo o transporte das raízes.

Considerações finais

No decorrer desta pesquisa, observou-se que o elo mais vulnerável dessa cadeia produtiva são os agricultores, que estão expostos às oscilações dos preços durante o ano, ocasionados pela oferta e concorrência com outras regiões produtoras, o que pode causar grandes prejuízos.

Também foi identificado que a metodologia que as empresas utilizam para efetuar o pagamento da tonelada da matéria-prima aos produtores não é eficaz, uma vez que através de um levantamento dos dados de rendimento da fábrica, percebeu-se que cerca de 5 a 6% a mais são transformadas em produto pela fábrica além do que é pago aos produtores, detectado o teor de amido pela balança hidrostática.

O governo precisa dar mais atenção aos pequenos agricultores que não recebem igual atenção quanto as indústrias, mas que continuam sendo refém do processo capitalista que concentra renda ao invés de possibilitar uma distribuição de renda e fortalecimento de todos os elos das cadeias produtivas.

Portanto, esta cadeia produtiva apresenta estas características principais, e a maioria dos fornecedores são pequenos agricultores, sujeitos às oscilações do mercado e às práticas nem sempre corretas das empresas do setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO JUNIOR, A. M. de. Indústria de Bens de Capital: Recursos Ociosos e Modernização Industrial Brasileira. **Revista de Geografia/** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. n.1 (1995). Campo Grande, MS. A Universidade, 1995. JAN/JUN, 2003;
- BECKER, B. K. EGLER, C. A. G. **A Incorporação do Brasil na economia-mundo: da Colônia à Industrialização Nacional**, IN: Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo. 1995.
- CEREDA, M. P. **Cultivo da Mandioca**. Viçosa, MG: CPT, 2003, 134p.
- CEPEA, CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/mandioca/>
- GAMEIRO et al, A. H. **A indústria de amido de mandioca**. Ed. ALVES, E. R. de A.; VEDOVOTO, G. L. Brasília: Embrapa. 2003. 201p.
- GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: Projetos e Relatórios**. São Paulo, SP: Loyola, 2003. 295p.
- IBGE, Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cgi-bin/protabl>. Acesso em: 25/07/08 às 11h45min.
- MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**. Departamento de Geociências – CFH/UFSC. n.2, maio 2000, Florianópolis, 1999.
- MICHELS, I. CARVALHO, M. da C. MENDONÇA, C. G. **Mandioca**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004, 190p.
- OTSUBO, A. A.; PEZARICO, C. R. **Perspectivas e Potencialidades de Mercados para os derivados de Mandioca – IN: Aspectos do Cultivo da Mandioca em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste; Campo Grande: UNIDERP, 2002.
- PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense. 2004, 79 a 256.
- SANI, J. C. C. **Ciclo da Mandioca no Município de Campo Largo**. Disponível em: <http://www.jornalcidade.com/>. Acesso em: 17/07/2008 às 17h21min.
- SCARLATO, F. C. **O Espaço Industrial Brasileiro**, IN: (Org. ROSS). Geografia do Brasil. 4 ed. 1. reimpr. São Paulo: Didática. 2003;
- SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. 2 Ed. Ver. 1areimpr. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2002, (Coleção Pesquisas, 1).
- SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. Nova Edição - São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000. (Economia & Planejamento; 40. Série “Teses e Pesquisas”; 24).
- VALLE, T. L. Mandioca: dos índios á agroindústria. **Revista Abam**. Ano III - Nº11 - Julho - Setembro/2005. Disponível em: <http://www.abam.com.br/index.php>. Acesso em: 16/07/08 às 10h28min.
- VIBRANS, A. C. **A cobertura florestal da bacia do Rio Itajaí – elementos para uma análise histórica**. 2003.240f. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003, 239p.

^{1(*)}Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
E-mail: uclebergomes@hotmail.com